MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 595/2004**

de 3 de Junho

O Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 12/2004, de 28 de Abril, aprovado a estrutura orgânica da Secretaria-Geral.

A presente portaria aprova as unidades orgânicas nucleares e a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, de acordo com os n.ºs 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e com o artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2004, de 28 de Abril.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º A Secretaria-Geral (SG) estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos Educativos (DSIEE);
- b) Direcção de Serviços de Informação e de Documentação (DSID);
- c) Direcção de Serviços de Administração (DSA);
- d) Direcção de Serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação (DSSTI).

2.º A DSIEE desempenha, em especial, as competências referidas nas alíneas *a*) e *h*) do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, as referidas na alínea *b*) quanto ao património cultural imobiliário, bem como a organização e execução dos processos administrativos relativos à gestão do património necessário ao funcionamento dos demais serviços centrais do Ministério da Educação.

3.º A DSID desempenha, em especial, as competências referidas nas alíneas *b*) a *f*) do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro.

4.º A DSA desempenha, em especial, as competências referidas no n.º 2 e nas alíneas *i*) a *o*) do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, bem como as referidas nas alíneas *a*) a *d*) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2004, de 28 de Abril.

5.º A DSSTI promove e assegura a adopção dos melhores processos de funcionamento e respectivos sistemas e tecnologias de informação, salvaguardada a coordenação pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, para o desempenho eficiente e eficaz da missão e competências da SG.

6.º A dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis a criar na SG é fixada em oito.

7.º As alterações que venham a revelar-se necessárias na dotação máxima referida no número anterior são feitas por portaria do Ministro da Educação, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

8.º A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Julho de 2004.

Em 20 de Maio de 2004.

A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*. — O Ministro da Educação, *José David Gomes Justino*.

Portaria n.º 596/2004

de 3 de Junho

O Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 12/2004, de 28 de Abril, aprovado a estrutura orgânica da Secretaria-Geral.

A presente portaria aprova o quadro de pessoal não dirigente da Secretaria-Geral, incluindo, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, a dotação de pessoal docente para desempenho de funções ao abrigo do n.º 1 do artigo 67.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril.

A presente portaria regula ainda a intercomunicabilidade de carreiras prevista no artigo 58.º do citado Estatuto, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, dos artigos 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, do artigo 58.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, bem como do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2004, de 28 de Abril:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º É aprovado o quadro de pessoal não dirigente da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, adiante designado «quadro de pessoal», constante do mapa anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

2.º O número de lugares da carreira técnica superior previsto no quadro de pessoal inclui a dotação a que se refere o n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro.

3.º No quadro de pessoal são ainda previstos, no grupo de pessoal de informática, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, três coordenadores técnicos e dois coordenadores de projecto.

4.º A intercomunicabilidade de carreiras prevista no artigo 58.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, aplica-se aos lugares do quadro de pessoal e concretiza-se por concurso, para as áreas funcionais constantes do referido quadro, a identificar em cada caso, observando-se as seguintes regras:

- a) Para a carreira técnica superior, os docentes habilitados com licenciatura ou com habilitação legalmente equiparada;
- b) Para a carreira técnica, os docentes habilitados com bacharelato ou com habilitação legalmente equiparada.

5.º O concurso a que se refere o n.º 4.º efectua-se para a categoria menos elevada que integre o escalão a que corresponda remuneração base igual ou, na falta de coincidência, remuneração superior mais aproximada da que o docente detém.

6.º Para efeitos do disposto no n.º 4.º, o dirigente máximo do serviço deve fixar, no aviso de abertura do concurso, o número de lugares a preencher por pessoal docente.

7.º A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Julho de 2004.

Em 20 de Maio de 2004.

A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*. — O Ministro da Educação, *José David Gomes Justino*.

ANEXO

Quadro de pessoal não dirigente da Secretaria-Geral

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	
Técnico superior	Gestão de recursos humanos, patrimonial, financeira, de aprovisionamento e logística; planeamento, organização e controlo; formação profissional; informação e relações públicas e outras no âmbito das competências da Secretaria-Geral.	Técnica superior	Assessor principal	(a) (b) 61 (c) (d)	
			Assessor		
			Técnico superior principal		
			Técnico superior de 1.ª classe		
			Técnico superior de 2.ª classe		
			Engenharia civil, electrotécnica e mecânica a nível dos empreendimentos e instalações.	Engenheiro	Assessor principal
Assessor					
Técnico superior principal					
Técnico superior de 1.ª classe					
Técnico superior de 2.ª classe					
Arquitectura dos edifícios e instalações.	Arquitecto	Assessor principal	(f) (g) 14		
		Assessor			
		Técnico superior principal			
		Técnico superior de 1.ª classe			
Técnico superior de 2.ª classe					
Biblioteca e documentação	Técnica superior de biblioteca e documentação.	Assessor principal	4		
		Assessor			
		Técnico superior principal			
		Técnico superior de 1.ª classe			
Técnico superior de 2.ª classe					
Arquivo	Arquivo	Assessor principal	(h) 3		
		Assessor			
		Técnico superior principal			
		Técnico superior de 1.ª classe			
Técnico superior de 2.ª classe					
Consultadoria jurídica e contencioso.	Jurista	Assessor principal	(i) 2		
		Assessor			
Técnico superior de 1.ª classe	Técnico superior de 1.ª classe	Assessor principal	(i) 5		
		Assessor			
Informática	Informática	Consultor de informática	2		
		Especialista de informática		Especialista de informática do grau 3.	4
				Especialista de informática do grau 2.	
				Especialista de informática do grau 1.	
Técnico de informática	Técnico de informática	Técnico de informática do grau 3	(j) 9		
		Técnico de informática do grau 2			
Técnico de informática do grau 1	2				
Técnico de informática-adjunto		2			
Técnico	Gestão de recursos humanos, patrimonial, financeira, de aprovisionamento e logística; planeamento, organização e controlo; formação profissional; informação e relações públicas e outras no âmbito das competências da Secretaria-Geral.	Técnica	Técnico especialista principal	6	
			Técnico especialista		
			Técnico principal		
			Técnico de 1.ª classe		
			Técnico de 2.ª classe		

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
	Engenharia civil, electrotécnica e mecânica a nível dos empreendimentos e instalações.	Engenheiro técnico	Técnico especialista principal Técnico especialista Técnico principal Técnico de 1.ª classe Técnico de 2.ª classe	1
Técnico-profissional . . .	Apoio no âmbito da gestão de recursos humanos, patrimonial, financeira, de aprovisionamento e logística, planeamento, organização e controlo; informação e relações públicas.	Técnico-profissional	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista . . . Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe	(l) (m) 11
	Biblioteca e documentação	Técnico-profissional de biblioteca e documentação.	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe	2
	Arquivo	Técnico-profissional de arquivo.	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista . . . Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe	3
	Desenho de suportes gráficos	Desenhador	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista . . . Técnico profissional principal	(i) 1
	Desenho de arquitectura e de engenharia.	Desenhador de construção civil.	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe	(n) 5
	Fiscalização de trabalhos, medições, orçamentos e apoio a projectos de concepção simples a nível dos empreendimentos e instalações.	Fiscal técnico de obras	Técnico profissional especialista principal.	(i) 3
	Atendimento e informação sobre o sistema de ensino e educação.	Secretário-recepcionista . . .	Técnico profissional especialista principal. Técnico profissional especialista Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe	15
Administrativo	Coordenação da área administrativa.		Chefe de secção	8
	Administrativa	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista. Assistente administrativo principal Assistente administrativo	(o) 141
Operário	Reprodução, composição e arranjo final de documentação.	Impressor de artes gráficas	Impressor de artes gráficas principal Impressor de artes gráficas	(p) 4
	Montagem e reparação de obras de madeira e afins.	Carpinteiro	Carpinteiro principal Carpinteiro	1

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
	Instalação, conservação e reparação de circuitos e órgãos eléctricos.	Electricista	Electricista principal Electricista	3
	Reprodução e aplicação de acabamentos em publicações e documentação.	Encadernador	Encadernador principal Encadernador	2
Auxiliar	Condução e manutenção de viaturas ligeiras.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	(l) 12
	Manutenção e gestão de stocks de artigos existentes em armazém.	Fiel de armazém	Fiel de armazém	(i) 1
	Estabelecimento e encaminhamento de comunicações telefónicas.	Telefonista	Telefonista	14
	Fiscalização de obras	Fiscal de obras	Fiscal de obras	(i) 1
	Vigilância, encaminhamento e acompanhamento de visitantes, distribuição de expediente e apoio aos serviços.	Auxiliar administrativo ...	Auxiliar administrativo	25
	Vigilância, manutenção e apoio aos serviços.	Auxiliar de manutenção	Auxiliar de manutenção	(i) 1

(a) Nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, a dotação na carreira técnica superior para o exercício de funções por docentes requisitados é fixada até quatro.

(b) Seis lugares criados a extinguir quando vagarem (Decretos-Leis n.ºs 191-F/79, de 26 de Junho, 323/89, de 26 de Setembro, e Lei n.º 49/99, de 22 de Junho).

(c) Um lugar criado a extinguir quando vagar (Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro).

(d) Dois lugares criados só serão preenchidos quando forem extintos os correspondentes lugares das carreiras de jurista ou de consultor jurídico.

(e) Três lugares criados a extinguir quando vagarem (Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e Lei n.º 49/99, de 22 de Junho).

(f) Dois lugares criados a extinguir quando vagarem (Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e Lei n.º 49/99, de 22 de Junho).

(g) Quatro lugares a extinguir quando vagarem.

(h) Um lugar criado a extinguir quando vagar (Lei n.º 49/99, de 22 de Junho).

(i) Carreira a extinguir quando vagar.

(j) Dois lugares criados a extinguir quando vagarem (Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho).

(l) Um lugar criado a extinguir quando vagar (Decreto-Lei n.º 14/97, de 17 de Janeiro).

(m) Um lugar criado a extinguir quando vagar (Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril).

(n) Um lugar a extinguir quando vagar.

(o) 34 lugares a extinguir quando vagarem.

(p) Dois lugares a extinguir quando vagarem.

Portaria n.º 597/2004

de 3 de Junho

O Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 17/2004, de 28 de Abril, aprovado a estrutura orgânica da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

A presente portaria aprova as unidades orgânicas nucleares e a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação, de acordo com os n.ºs 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, e com o artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 17/2004, de 28 de Abril.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

a) Direcção de Serviços da Educação Escolar (DSEE);

b) Direcção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Sócio-Educativo (DSEEASE);

c) Direcção de Serviços do Desporto Escolar e das Actividades de Promoção da Saúde (DSDEAPS);

d) Direcção de Serviços de Recursos Multimédia e de Sistemas de Informação (DSRMSI).

2.º A DSEE participa, no âmbito da educação escolar, incluindo quanto ao sistema de avaliação das aprendizagens, em especial, no desempenho das competências referidas nas alíneas c) e m) a r) do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, bem como assegura o desempenho das competências específicas referidas nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 14.º do citado diploma.

3.º A DSEEASE participa, no âmbito da educação especial, incluindo quanto ao sistema de avaliação das aprendizagens e dos apoios e complementos educativos, no respeito pelo regime jurídico da educação especial e do apoio sócio-educativo, em especial, no desempenho das competências referidas nas alíneas c) e m) a r) do n.º 3, no n.º 4 e nas alíneas a), b), d), e) e g) do n.º 5 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, bem como assegura o desempenho das com-